



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

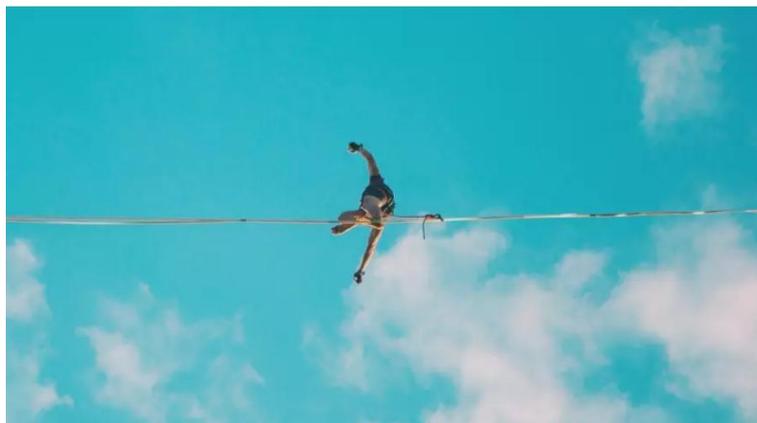
- 📍 [EQUILÍBRIO ENTRE TÉCNICA E POLÍTICA – O Popular](#)
- 📍 [DECISÃO DO STF SOBRE MACONHA CRIA DEMANDAS – O Popular](#)
- 📍 [ESTADOS SE VICIARAM EM SOCORRO DO TESOIRO – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [O MACHISMO ESTÁ NOS DETALHES – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [AINDA É POSSÍVEL FICAR FRUSTRADO COM QUEM DESFERE GOLPES CONTRA PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [MORRER DE CÂNCER DEVE SE TORNAR ALGO CADA VEZ MENOS FREQUENTE – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [O CRIME DE CORRUPÇÃO PRIVADA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [MILEI POUPA LULA E FAZ DISCURSO COM CRÍTICAS AO SOCIALISMO – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [O MODELO DO DEBATE POLÍTICO ATUAL É O DO COMBATE A HERESIAS – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [COM LULA E SEM MILEI, MERCOSUL INCORPORA BOLÍVIA – Correio Braziliense](#)
- 📍 [30 ANOS DO PLANO REAL: O ALTO PREÇO DA ESTABILIDADE E O DESAFIO DO CRESCIMENTO – Correio Braziliense](#)
- 📍 [OS CORREDORES VERDES NAS CIDADES – Correio Braziliense](#)
- 📍 [LULA REFORÇA APROXIMAÇÃO COM EVANGÉLICOS – Valor Econômico](#)
- 📍 [STJ OBRIGA UNIÃO A ADOTAR ARBITRAGEM PARA TENTAR RECEBER INDENIZAÇÃO MILIONÁRIA – Valor Econômico](#)
- 📍 [CARF DETERMINA TRIBUTAÇÃO DE ÁRBITRO NA PESSOA FÍSICA – Valor Econômico](#)
- 📍 [DESAFIOS DE COMUNICAÇÃO EM PLANOS DE SAÚDE – Valor Econômico](#)
- 📍 [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 08.07.2024 – PÁG. 03

Equilíbrio entre técnica e política

Samuel Balduino

As eleições municipais são cruciais, pois é no âmbito local que a vida verdadeiramente acontece. Decisões bem fundamentadas e políticas públicas eficazes transformam positivamente a cidade, tornando-a mais inclusiva, sustentável e próspera. Por isso, é essencial que os eleitores estejam conscientes da importância de seu voto nas próximas eleições.



Muito se discute sobre a necessidade do gestor público ser altamente técnico. No entanto, essa visão é simplista, pois não leva em consideração as complexidades do ambiente em que ele atua. A figura do gestor público difere substancialmente da do privado, não apenas em termos de suas origens e experiências, mas também nas demandas e desafios enfrentados. Há diferenças significativas no processo decisório entre o setor público e privado. Enquanto um gestor privado pode tomar decisões de forma ágil e eficiente, um gestor público está sujeito a uma série de regulamentos, leis e procedimentos que podem retardar o processo. Além disso, não se pode ignorar o aspecto político de sua função.

Um prefeito, por exemplo, precisa lidar, antes de tomar decisões, com as demandas da população, dos servidores públicos e também de outros agentes políticos, como vereadores e deputados, que muitas vezes têm interesses diversos e podem representar desafios adicionais à gestão. É fundamental que os prefeitos demonstrem qualidades como honestidade, transparência e competência na arrecadação de recursos para atender às demandas da população.

Torna-se evidente a necessidade de um equilíbrio entre as habilidades técnicas e políticas de um gestor público. É fundamental que ele possua conhecimentos sólidos em administração e gestão, mas também seja capaz de articular e negociar com diferentes atores políticos para alcançar seus objetivos. Ao invés de enfatizar exclusivamente a formação técnica dos gestores públicos, é necessário reconhecer a importância de desenvolver habilidades políticas e de relacionamento. Somente dessa forma será possível enfrentar os desafios e promover uma gestão eficiente e responsável, que atenda às necessidades da população e promova o desenvolvimento dos municípios.

Outro ponto crucial a ser considerado é a capacidade do gestor público de engajar a comunidade. A participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios pode levar a uma gestão mais democrática e inclusiva. Ao promover audiências públicas, consultas populares e outras formas de participação social, o gestor pode identificar melhor as necessidades e prioridades da população, aumentando a legitimidade e a eficácia das políticas públicas implementadas.

Isso requer do gestor uma sensibilidade política e social para mediar conflitos e buscar soluções colaborativas. Além disso, a inovação no setor público é uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios contemporâneos das cidades. A adoção de novas tecnologias e metodologias pode otimizar a gestão pública, melhorando a prestação de serviços e a transparência das ações governamentais. No entanto, a implementação de inovações exige gestores preparados para lidar com mudanças e resistências. Assim, o equilíbrio entre conhecimento técnico e habilidade política se torna ainda mais evidente como um fator determinante para o sucesso das administrações municipais.

JORNAL – O POPULAR – 08.07.2024 – PÁG. 11

Decisão do STF sobre maconha cria demandas



Peritos criminais brasileiros aguardam o estabelecimento de novas orientações para o seu trabalho, quando tiverem que examinar maconha apreendida em pequena quantidade pela polícia. A demanda se dá após o Supremo Tribunal Federal (STF) definir que não é crime ter até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas - que produzem flores ricas no composto psicoativo tetra-hidrocanabinol (THC).

“Com certeza, deverão estabelecer novos procedimentos, até mesmo para deixar bem caracterizada a situação que vai ficar provocada pela decisão”, aponta o perito criminal do estado do Mato Grosso Marcos Secco,

presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que representa peritos, médicos-legistas e odontolegistas em todo o território nacional. Nas sessões que julgaram um recurso extraordinário sobre a posse de pequenas quantidades de maconha, o STF determinou que se uma pessoa for flagrada usando a droga, a maconha será confiscada e o usuário levado à delegacia. O delegado não deverá determinar a prisão em flagrante ou instaurar inquérito, mas registrar o fato como infração administrativa e liberar a pessoa, após notificá-la de que deverá comparecer em juízo para ser ouvida e, eventualmente, receber sanção de caráter não-penal.

A droga apreendida deverá ser examinada por peritos em laboratório para, por exemplo, identificar a substância e mensurar o volume. Segundo Marcos Secco, faltam definições quanto à obrigação de fazer a pesagem do entorpecente em balança certificada. Além de regras pontuais, o perito imagina que será necessário preparar os laboratórios e os técnicos para nova rotina. “No caso de plantas [confiscadas pela polícia], teríamos que aumentar o serviço de botânica dentro dos institutos de criminalística”, diz o perito.

Quem cometer a infração administrativa por porte de maconha poderá ser advertido sobre os efeitos da droga ou ter de frequentar curso a respeito. Contudo, o defensor público Bruno Shimizu, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), aponta lacuna nesse encaminhamento. De acordo com ele, não há na Lei das Drogas (Lei nº 11.343/2006) um procedimento específico para a apuração de infração administrativa. “O STF entendeu que, enquanto não houver regulamentação desse procedimento, a

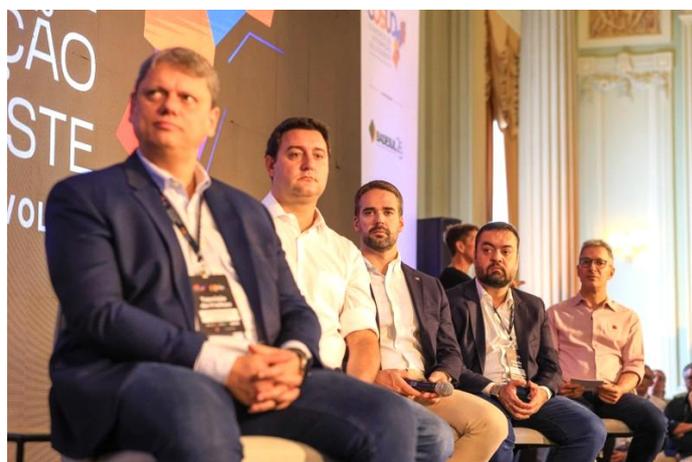
imposição dessas sanções continua a se dar em um processo judicial”. Em sua decisão, o Supremo aponta que as regras definidas pela corte valem enquanto o Congresso Nacional não criar uma nova lei sobre o assunto.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.07.2024 – PÁG. A2

Estados se viciaram em socorro do Tesouro

Governadores articulam mais uma renegociação das dívidas com a União, enquanto a maioria evita ajustes orçamentários

Está em curso mais uma temporada da tediosa série de renegociações de dívidas dos governos estaduais. Desde o Plano Real, em 1994, houve ao menos quatro, que alteraram prazos e indexadores, sem falar na criação de regimes especiais, outras mudanças contratuais e nas interferências indevidas do Supremo Tribunal Federal. Ressalvado acordo de 1997, que abriu caminho para um período de ajuste responsável e teve certa permanência, o enredo das outras se repete: as contrapartidas prometidas não são respeitadas e o problema não se resolve.



A postura oportunista de governadores, não raro com guarida do Judiciário e do Legislativo, leva a um quadro político em que a credora União se vê compelida a aceitar novos termos —com prejuízo para a responsabilidade gerencial. É o que ocorre agora, com uma nova proposta de mudança nos contratos com foco nos maiores passivos. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul respondem por algo próximo a 90% da dívida total, calculada em mais de R\$ 760 bilhões. Patrocinado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto está em negociação entre governadores e o Ministério da Fazenda. Os termos devem ser anunciados nos próximos dias, mas algumas normas já indicadas não autorizam otimismo.

Em troca de aportes em educação técnica e outras condições, como amortização imediata de ao menos 20% por meio de transferência de ativos, seriam diminuídos os juros —de 4% ao ano atualmente para até 1%, mais o IPCA. Uma parcela dessas reduções seria transferida a um fundo de equalização para beneficiar outros estados, uma vez que os grandes favorecidos da temporada atual são os poucos mais ricos.

Todo o conceito está errado. Os juros já foram reduzidos, em 2014, de 6% para 4% ao ano. Não se trata de agiotagem, como afirma o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). A própria União hoje paga em seus títulos mais do que cobra dos estados. As supostas contrapartidas em investimentos em educação técnica da quantia "economizada" em juros tampouco têm solidez, tendo em vista a dificuldade de monitoramento e a ausência de qualquer estudo sobre o assunto.

A negociação em torno desses temas de pouco alcance esconde o principal. Alguns estados até estão em boa situação de caixa, dadas as transferências federais durante a pandemia, mas não tardarão a enfrentar dificuldades. A questão de fundo é que a maioria não modernizou sua máquina pública inchada nem fez reformas suficientes no sistema previdenciário do funcionalismo. É preciso que a autonomia federativa tão apregoadas por governadores seja uma via de duas mãos. Autonomia pressupõe responsabilidade.

O machismo está nos detalhes

Ataques de Pablo Marçal a Tabata Amaral vão contra conquistas civilizatórias no Ocidente que aboliram a opressão histórica sofrida pelas mulheres

Lygia Maria



É inegável que conquistas civilizatórias no Ocidente, como a democracia liberal e o Estado de Direito, contribuíram para o surgimento do movimento feminista e a abolição da opressão histórica sofrida pelas mulheres. Nesses países, elas são livres para transar, estudar, trabalhar, criar, empreender, votar e participar da vida política. Isso, por óbvio, não acabou com o machismo, assim como o fim da escravidão não eliminou o racismo. Mas o contraste com as nações islâmicas, por exemplo, é gritante.

No Irã, mulheres podem morrer nas mãos da polícia da moralidade só por exibirem os cabelos, como ocorreu com Mahsa Amini em 2022. O ato bárbaro gerou uma onda de protestos que foi brutalmente reprimida pelo regime teocrático. Narges Mohammadi, ativista dos direitos humanos e Nobel da Paz em 2023, está encarcerada. Sharifeh Mohammadi, ativista dos direitos trabalhistas, foi presa, torturada e condenada à morte na quinta (4).

No Brasil, estamos longe desse inferno. Temos mulheres de biquíni em Copacabana e mulheres de terno no Congresso. O machismo, porém, está nos detalhes, que não podem ser ignorados. Na disputa pela Prefeitura de São Paulo, o pré-candidato Pablo Marçal (PRTB) disse que sua oponente, Tabata Amaral (PSB), seria incapaz de gerir a cidade porque não é casada e não tem filhos. Depois, baixou ainda mais o nível ao afirmar que o pai doente da pré-candidata morreu porque não recebeu cuidados enquanto ela estudava em Harvard.

Tabata respondeu à altura: as competências necessárias para a administração pública nada têm a ver com matrimônio e maternidade. Ademais, seu pai cometeu suicídio quando ela ainda estava no Brasil. Mulheres não merecem votos apenas por serem mulheres, mas candidatos que as atacam com discurso machista merecem ser rechaçados. Afinal, falas como a de Marçal vão contra as conquistas civilizatórias do Ocidente —que sua ala de direita se arvora a enaltecer.

Ainda é possível ficar frustrado com quem desfere golpes contra princípios fundamentais

Se a vida anda difícil para quem tem "só" curso superior, o que dizer de quem nem isso tem?

Ana Cristina Rosa

Alguém indagou o motivo da associação que fiz semana passada entre o nível acadêmico e a qualificação de negras e negros quando o próprio presidente da República é "exemplo de político qualificado, mas sem nível universitário". Embora acredite que há destinatário melhor para essa pergunta, me arrisco a responder.

Compreendo perfeitamente que não há relação direta entre o saber universitário e a habilidade de fazer política. E sei que diploma não é um certificado de qualidade. Além do mais, para ocupar cargo de ministro de Estado basta ser brasileiro, maior de 21 anos e estar no exercício dos direitos políticos, diz a Constituição. Mas considero muita ingenuidade crer que um governante entregaria o comando de um ministério ou grande autarquia para alguém sem instrução superior. Por mais experiente e habilidosa que seja a pessoa. Se a vida anda difícil para quem tem "só" curso superior, o que dizer de quem nem isso tem?



Nesse cenário, ser negro ou mulher são agravantes. "Mulheres e negros não construíram espaços de poder político e econômico nas últimas décadas (...) pois historicamente esses grupos minorizados foram impedidos de acessar os mecanismos de ascensão social", resumiu o professor de Sociologia Tadeu Kaçula, ao comentar meu artigo "Problema Crônico".

Não se trata de colocar todo político no mesmo balaio. Existe distância entre a esquerda e a extrema direita. Mas elas se aproximam quando partidos políticos de diferentes espectros se unem para reduzir recursos públicos destinados a candidaturas negras, por exemplo. Não dá para esperar aceno civilizatório de quem defende o racismo, a misoginia, a transfobia, o ódio, a ignorância, a mentira, entre outros males. Mas ainda é possível ficar chocado e frustrado quando quem se diz defensor da pauta humanitária e da justiça social desfere golpes contra princípios fundamentais para uma sociedade que se pretende justa e igualitária. Não importa a intenção.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.07.2024 – PÁG. A3

Morrer de câncer deve se tornar algo cada vez menos frequente

Vacinas de mRNA são revolução no tratamento e de suma importância para o Brasil

Renato Cunha

As vacinas baseadas em mRNA (RNA mensageiro) surgiram como uma nova e promissora abordagem na medicina. Desenvolvidas nos anos 1990, essas vacinas ganharam destaque na pandemia de Covid-19, quando demonstraram sua eficácia e segurança na prevenção da doença. O princípio das vacinas de mRNA é simples: elas utilizam um fragmento do código genético do vírus ou de células tumorais para estimular o sistema imunológico a produzir anticorpos específicos. Diferentemente das vacinas tradicionais, que utilizam vírus atenuados ou inativados, as vacinas de mRNA não contêm o patógeno em si, tornando-as mais seguras e fáceis de produzir.



A pandemia de Covid-19 acelerou o desenvolvimento e a aplicação das vacinas de mRNA. Em tempo recorde, pesquisadores conseguiram criar vacinas altamente eficazes contra o vírus Sars-CoV-2, demonstrando o potencial dessa tecnologia. No Brasil, o desenvolvimento de vacinas baseadas em mRNA também tem avançado. Instituições como a Fiocruz e o Instituto Butantan têm investido em pesquisas nessa área, buscando não apenas a produção de vacinas contra a Covid-19 mas também a aplicação da tecnologia em outras áreas, como o tratamento do câncer.

Dominar a tecnologia de vacinas de mRNA é crucial para a sociedade brasileira por várias razões. Primeiro, permite uma resposta mais rápida e eficaz a futuras pandemias e surtos de doenças infecciosas. Segundo, impulsiona a capacidade do país em inovar na área da biotecnologia, promovendo avanços não apenas na vacinação mas em tratamentos personalizados para doenças complexas, como o câncer. Por fim, fortalece a economia e a soberania nacional ao reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras.

Além da prevenção de doenças infecciosas, as vacinas de mRNA têm se mostrado promissoras no tratamento do câncer. Pesquisadores estão desenvolvendo vacinas personalizadas que utilizam o mRNA de células tumorais específicas de cada paciente. Essas vacinas têm como objetivo estimular o sistema imunológico a reconhecer e combater as células cancerígenas, sem afetar as células saudáveis. Estudos clínicos iniciais têm mostrado resultados encorajadores no uso de vacinas de mRNA para o tratamento de diversos tipos de câncer, como melanoma, câncer de pulmão e câncer de próstata. Embora ainda não estejam amplamente disponíveis na rotina clínica, essas vacinas representam uma nova esperança para pacientes com câncer, especialmente àqueles que não respondem bem às terapias convencionais.

As vacinas de mRNA fazem parte de uma revolução mais ampla no tratamento do câncer, impulsionada pelos avanços na imunoterapia e na genômica. A imunoterapia busca fortalecer o sistema imunológico do

paciente para combater o câncer, enquanto a genômica permite a identificação de mutações específicas nas células tumorais, possibilitando tratamentos mais precisos e personalizados. Apesar dos avanços promissores, ainda existem desafios a serem superados para viabilizar as vacinas de mRNA para pacientes com câncer. Um dos principais obstáculos é a identificação precisa dos antígenos tumorais específicos de cada paciente, essenciais para o desenvolvimento de vacinas personalizadas.

Além disso, é necessário aprimorar a eficácia das vacinas, garantindo uma resposta imunológica robusta e duradoura contra as células cancerígenas. Em uma perspectiva futura, é possível vislumbrar um cenário em que a combinação de vacinas de mRNA, imunoterapia e outras abordagens inovadoras transformem o câncer numa doença controlável e até mesmo curável. Com o avanço da medicina personalizada e o aprimoramento contínuo das terapias, é plausível imaginar que, nas próximas décadas, morrer de câncer se torne algo cada vez menos frequente, permitindo que milhões de pessoas tenham uma vida mais longa e saudável.

Com o avanço das pesquisas e o aprimoramento da tecnologia, essas vacinas poderão ser adaptadas para tratar uma ampla gama de tipos de câncer, oferecendo uma abordagem mais eficaz e menos tóxica em comparação às terapias convencionais.

O crime de corrupção privada

Legislação precisa evoluir para tipificar essas ações e valorizar condutas éticas

Leandro Falavigna / Maria Luísa Trivelin

No Brasil, a corrupção privada não é crime. Em razão disso, os reflexos negativos são evidentes, pois o ambiente corporativo sadio clama pela tipificação da corrupção privada, para que se tutele e privilegie a competição saudável em detrimento da imoralidade e do conflito de interesses. Essa ausência de previsão legal resulta, por vezes, na impossibilidade de punir criminalmente condutas moralmente reprováveis e danosas, que acarretam prejuízos financeiros às corporações.

Assim, são essenciais a evolução e a modernização da legislação pátria, para tipificar ações do particular corrupto e, conseqüentemente, valorizar condutas éticas, honestas e confiáveis. Justamente nesse caminho do amadurecimento da legislação, recentemente o direito desportivo inaugurou importantes alterações e criminalizou a corrupção privada por meio da lei nº 14.597/2023. Todavia tais avanços estão restritos ao direito desportivo.



Já no Reino Unido, destaca-se o Bribery Act 2010, por meio do qual são puníveis pagamentos de suborno entre particulares. Nos Estados Unidos, o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), por via reflexa, alcança a corrupção privada por meio dos registros contábeis fraudulentos, "books and records".

Por aqui, tramitam no Congresso projetos de lei que visam criminalizar a corrupção no âmbito privado. Todavia tais projetos estão paralisados, pela necessidade de adequar a legislação pátria à Convenção das Nações Unidas, pela qual o Brasil se obrigou a tipificar o suborno privado. Pois bem. Já que o fato não pode ser considerado crime, a pergunta que fica é: em tais situações, existem possíveis respostas jurídico-criminais? A resposta é sim. Algumas condutas podem tipificar o crime de estelionato (art. 171 do Código Penal). Entretanto exige-se a comprovação do prejuízo. Há também a possibilidade de criminalização pelo crime de violação do segredo profissional (art. 154 do CP).

Do mesmo modo, a lei nº 9.279/96, em seu art. 195, estabelece práticas do crime de concorrência desleal: "recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem a concorrente do empregador". Evidentemente, é possível configurar o crime de sonegação fiscal, nos termos da lei nº 8.137/90. Apesar de tudo isso, é premente a atualização de nossa legislação para que privilegie a meritocracia, a competição saudável e o ambiente ético, pois a corrupção privada é extremamente corrosiva.

Embora as empresas possam recorrer às esferas cível e trabalhista, ou mesmo tipificar referidas condutas de uma maneira reflexa, já não é sem tempo a criminalização da corrupção privada, para conferir às empresas a segurança jurídica necessária a fim de resguardar seus direitos e reprimir ações subversivas e danosas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.07.2024 – PÁG. A11

Milei poupa Lula e faz discurso com críticas ao socialismo

Únicas referências diretas ao Brasil foram feitas de passagem quando citou 'perseguição judicial' a Bolsonaro

Fábio Zanini / Anderson Baltar

O presidente da Argentina, Javier Milei, poupou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de críticas e optou por um discurso mais contido neste domingo (7) durante a Cpac, conferência conservadora realizada em Balneário Camboriú (SC). Em pronunciamento, lido a uma plateia lotada de ativistas de direita, e com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no palco, Milei discorreu sobre os males do socialismo e denunciou a oposição a suas reformas econômicas na Argentina.



Para a diplomacia brasileira, que vinha prometendo reagir a provocações o tom burocrático do argentino foi um alívio. "Em nome da justiça social, os socialistas cometeram atrocidades, inventando mercados cativos para empresários amigos, violaram direitos fundamentais de uns e outros", afirmou. Ele subiu ao palco como um rockstar, balançando os braços freneticamente, mas o que se viu em sua fala foi algo anticlimático para quem esperava uma oratória no mesmo nível. De maneira sintomática, ficou impávido quando a multidão entoou o grito de



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

"Lula ladrão, seu lugar é na prisão"

A única referência mais direta ao Brasil foi feita de passagem. Em determinado momento, citou "a perseguição judicial que sofre nosso amigo Jair Bolsonaro aqui", em referência aos processos contra o ex-presidente.

Nominalmente, fez poucas referências a líderes de esquerda, concentrando-se sobretudo no ditador da Venezuela, Nicolás Maduro. Para Milei, Maduro, que concorrerá numa eleição em 28 de julho, seria o símbolo do socialista que usa a pobreza como instrumento para se manter no poder. "Vejam como vive a família de Maduro, são todos multimilionários. Eles perderam o direito de falar de justiça", afirmou. Outro mencionado foi o ex-presidente da Bolívia Evo Morales, que tentou se manter no poder mesmo com decisão contrária da Justiça de seu país. O argentino repetiu a acusação, sem provas, de que o atual chefe de Estado do país, Luis Arce, tentou engendrar um autogolpe. Milei também citou o que chamou de "ditaduras assassinas" de Cuba e Nicarágua. Em uma fala de 25 minutos, que leu em ritmo acelerado, o líder argentino fez um longo histórico sobre as mazelas do socialismo, em seu país, na América Latina e no mundo como um todo. "Os governos socialistas tomam medidas artificiais, e em um primeiro momento a economia cresce. Eles se enamoram com a popularidade e então aumentam indiscriminadamente os gastos públicos. Quando o dinheiro acaba, aumentam impostos para arrecadar mais", disse.

Isso, na visão do presidente argentino, sustenta uma "bonança fictícia". Ao fim do processo, emitem moeda para manter o gasto artificialmente, gerando um processo hiperinflacionário. "O custo de tudo isso tarde ou cedo paga toda a população", concluiu. Como um professor, embasou suas críticas ao socialismo citando autores liberais como o austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) e o americano Thomas Sowell, 94. "É falso que a esquerda seja a ideologia dos pobres e dos oprimidos. Cada vez fica mais claro que é a ideologia dos milionários. A pobreza é instrumento para que se pregue o socialismo", declarou. Em seguida, bradou, num dos momentos mais aplaudidos do discurso: "Basta ao socialismo do século 21!".

Também repetiu seu mote da defesa da liberdade de expressão e ironizou os que defendem restrições para "não ferir as sensibilidade de ninguém". Neste momento, afinou a voz e balançou a cabeça, divertindo a plateia. "A história do mundo é testemunho de que isso é instrumento de opressão e censura. São coisas que parecem distantes e abstratas, mas quem vê o que lamentavelmente começa a acontecer hoje aqui no Brasil pensa duas vezes."

O presidente argentino ainda defendeu as reformas econômicas que vem promovendo no país, baseadas em corte drástico de gastos públicos, e criticou a oposição por tentar impedi-las. Lembrou que sofreu a greve geral "mais rápida da história" e protestos na frente do Congresso "para nos chantagear". Prometeu seguir em frente, no entanto. "Vamos sair da miséria com ou sem apoio dos socialistas. Temos o compromisso indeclinável de cumprir com a vontade da maioria dos eleitores", disse. "Não passarão, não conseguirão, vamos levar o país adiante", acrescentou. Apesar de não ter feito uma fala incendiária como muitos esperavam, Milei foi muito aplaudido ao final. Repetiu por duas vezes seu bordão "Vila la libertad, carajo!" e depois levantou o braço de Bolsonaro em cima do palco, antes de lhe dar um abraço. Foi embora após novamente agitar os braços freneticamente para a plateia, e ao som de rock argentino em alto volume.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 08.07.2024 – PÁG. C5

O modelo do debate político atual é o do combate a heresias

Enquanto não aprendermos as nuances da população furiosa, não honraremos nossa função de agentes do pensamento público

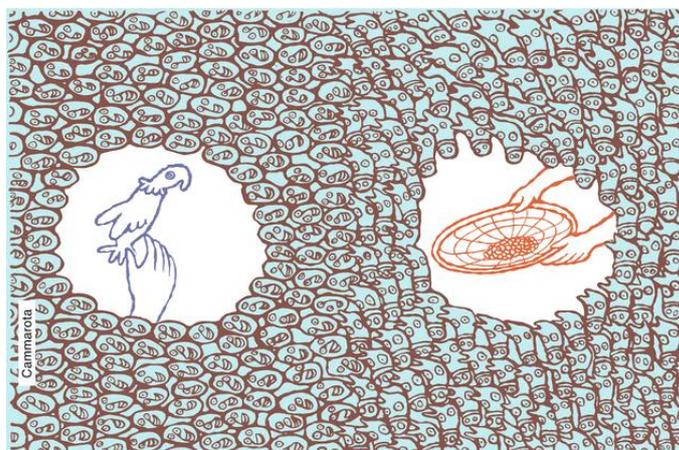
Luiz Felipe Pondé

Por que, de repente, a chamada pauta de costumes começou a fazer tanto barulho? É fácil rechaçar o fenômeno como "fascista!" e "ultradireita!". Mas, na verdade, esses xingamentos com ares conceituais de nada adiantam. Afinal, essas pessoas que se importam com a pauta de costumes encontram suas razões para isso. Ou basta chamá-los de idiotas reacionários e ir tomar uma cerveja progressista?

Comunidades morais são um conceito descendente da ideia de "little platoon" —pequeno pelotão— que Edmundo Burke, no século 18, usava para descrever uma espécie de célula mater da moral em sociedade. O sociólogo americano Robert Wuthnow publicou, em 2018, um livro que deveria servir de exemplo para nossos intelectuais preguiçosos que repousam na ideologia em vez de trabalhar. "The Left Behind, Decline and Rage in Small-Town America" —os abandonados, declínio e fúria na América profunda, numa tradução selvagem.

Trata-se de um estudo empírico, a base de um dossiê de entrevistas com a população da América profunda, aquela mesma que passamos o tempo todo a xingar de trumpistas, fascistas, racistas, misóginos. Não que tais adjetivos não caibam a eles, em alguma medida. Mas eles são muito mais que isso e muito mais nuançados. Enquanto não aprendermos a entender as nuances do perfil dessa população furiosa e identificada com populismos a direita, não seremos capazes de honrar a nossa função de agentes do pensamento público. "Comunidades morais" é o conceito que Wuthnow —ele mesmo um confesso liberal, ou seja, membro da elite acadêmica de esquerda da Yvi League, termo usado para as universidades de ricos nos Estados Unidos— usa para descrever o que seriam essas pequenas localidades rurais americanas de "ultradireita". A América rural, como ele diz.

Uma rede de pequenas empresas de todos os tipos, pequenos fazendeiros, pequenos comerciantes, escolas provincianas, templos religiosos tocados pela própria população, que compõem aquilo que o brilhante economista americano Thorstein Veblen considerava a grande riqueza social e econômica da América. Essa rede é a América profunda, distante das costas e das modas intelectuais que nelas habitam. A tese de Wuthnow é que essas comunidades se sentem cercadas e atacadas pelas transformações que põem em risco seus modos de viver. Muitas das suas pequenas cidades passam por perdas econômicas importantes —não todas— o que agrava o sentimento de destruição de todo um tecido social ancestral que eles valorizam e no qual se reconhecem.



A "pauta de costumes," como se fala entre nós, os preocupa —temas como aborto, drogas, casamento gay e similares— e são objeto de combate, principalmente ali onde se reúnem, nas igrejas. Mas, mesmo esse "combate" é mais nuançado do que parece quando pensamos neles como "adoradores de Hitler", como diz a indústria de fake news da esquerda. Quem pensa que só há fake news de direita é um idiota em política contemporânea. As opiniões são múltiplas e contraditórias, como as reais opiniões são, principalmente quando envolvem pessoas do seu círculo de afetos que fizeram um aborto ou são gays. Essas pessoas não são umas idiotas, como tentam emplacar nelas essa imagem. A "pauta de costumes" é uma das formas de responder à negação do direito de ser como sempre foram.

Moral aqui não é uma doutrina de certo e errado, mas uma rede de relações em que eles se reconhecem e praticam nas famílias, no trabalho, nas igrejas, nas instituições políticas das suas localidades. Valores impregnados como uma língua mater em que repousamos quando a falamos. Sentem que "Washington" e seus "boys" querem obrigá-los a ser o que eles não são. E aí, vão pro pau. Que tal aproximarmos esse conceito de algumas regiões do Brasil que se sentem atacadas pela nossa inteligência acadêmica de esquerda? Resposta: não. Basta de conhecer o mundo, há que transformá-lo. O projeto é esmagar quem não concorda comigo, de ambas as partes. O modelo do debate político hoje é o do combate a heresias. O "amor" a democracia é uma farsa.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.07.2024 – PÁG. POLÍTICA

Com Lula e sem Milei, Mercosul incorpora Bolívia

Em viagem ao Paraguai, para cúpula, e para Bolívia, logo em seguida, presidente pretende dar um recado sobre a importância da democracia, após tentativa frustrada de golpe sofrida no país vizinho

Ingrid Soares / Luiz Carlos Azedo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca nesta segunda-feira (8/7) em Assunção, no Paraguai, onde participará da 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. Um dos destaques da reunião será o anúncio do ingresso pleno da Bolívia no bloco comercial, após a aprovação do protocolo de adesão ocorrido no último dia 3, pelo Senado boliviano.

Ao Correio, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Celso Amorim, ressalta que, além do ingresso definitivo da Bolívia, Lula pretende dar um recado sobre a importância da solidariedade e da democracia,

após a tentativa de golpe sofrida pelo presidente boliviano Luis Arce. Dirá que o Brasil e a Bolívia são exemplos de que a extrema direita trama contra as instituições democráticas do continente, que precisam ser valorizadas e defendidas.



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O grande ausente do encontro será o presidente da Argentina, Javier Milei, que ontem esteve em Balneário Camboriú, em Santa Catarina, para participar de uma conferência de partidos de direita, organizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com quem o chefe de estado argentino se encontrou. Milei disse que Bolsonaro "sofre perseguição judicial", mas não citou nomes. Em menos de meia hora de discurso, centrou suas críticas ao socialismo como modelo econômico sem sustentabilidade: "Fazer justiça não é apenas 'todos serem iguais'". "Justiça é oferecer uma vida melhor. Justiça é que cada um seja dono dos seus sonhos", completou. Desta vez, Milei não atacou o petista diretamente, o que seria uma afronta intolerável.

Milei representa a ultradireitista na América do Sul e se opõe ao bloco, cuja presidência, por rodízio, passará do Paraguai para o Uruguai. Milei faz frequentes ataques ao presidente Lula. No último dia 2, em rede social, disse que Lula foi "preso por corrupção", que é "comunista" e se referiu a ele como um "perfeito dinossauro idiota". Tenta travar negociações de temática progressista no bloco. Questionado sobre a relação entre os dois líderes, Amorim se limitou a dizer que "a relação Brasil e Argentina é muito forte, mas que certos protocolos da diplomacia, independentemente dos sentimentos, têm que ser respeitados".

Comércio

"É obviamente importante nesse momento", disse Amorim sobre as relações comerciais sobre os dois países. "Vamos lembrar que também há uma cláusula democrática e sem nenhuma interferência. Nós queremos que isso seja preservado. Outro aspecto também que nós queremos manter e reforçar é a questão do Mercosul Social. Isso para o Brasil é muito importante, mas acho que é importante para toda a região, no momento em que algumas doutrinas neoliberais extremadas estão em voga em alguns países", aponta. O bloco econômico atualmente representa o equivalente à 7ª maior economia mundial, com PIB de US\$ 2,86 trilhões, e engloba 67% do território da América do Sul.

Em 2023, o Brasil exportou US\$ 23,56 bilhões para o bloco e importou US\$ 17,09 bilhões, com superavit de quase US\$ 6,5 bilhões. A maior parte das exportações brasileiras foi composta por produtos manufaturados, e as principais mercadorias comercializadas entre os membros do bloco são automóveis, peças automotivas, energia e soja. Para Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia e vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), um ponto de ação efetiva do Mercosul será o convênio com o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A entidade apoia a realização de estudos, projetos, programas, obras e iniciativas que promovam o desenvolvimento e a integração econômica dos países-membros da Bacia do Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Distância

O especialista, porém, destaca que Paraguai, Uruguai e Argentina, ideologicamente, estão distantes do Brasil. "As reuniões são pró-forma, com a presidência passando de um para outro. Já a ausência de Milei mostra um certo desprestígio do Mercosul, uma mensagem de que o bloco não é uma prioridade para ele. Isso fica muito claro." Entretanto, ressalva, "há uma perspectiva de acordos importantes com a China e nós queremos ver como os países do Mercosul podem participar disso sem quebrar os princípios básicos do bloco".



CLIPPING

DATA
08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
14 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O Mercosul foi criado há 33 anos, por meio do Tratado de Assunção e, de acordo ao Protocolo de Ouro Preto, a presidência pró-tempore do bloco é exercida pelos Estados Partes, em rodízio e em ordem alfabética, por seis meses. Na cúpula de hoje, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, passará a presidência do bloco ao presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, de centro-direita. Durante a liderança do Paraguai, houve 14 reuniões ministeriais em várias áreas, com temas voltados para educação, saúde, justiça, trabalho, cultura, direitos humanos, meio ambiente, turismo, desenvolvimento social e população indígena.

Entre as medidas tomadas, também está a criação de comitês, sendo um dos mais importantes o de controle integrado nas fronteiras. "Esses comitês são onde se decidem as coisas mais concretas. É importante para a região equacionar um pouco a questão das fronteiras. De não ter fila, de ter mais facilidades, de decidir as coisas. Vamos sentar e conversar", avalia a embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores.

Fronteiras

Na análise do especialista Ricardo Mendes, da consultoria Prospectiva Ricardo Mendes, porém, a agenda do Mercosul está esvaziada. "Basicamente, o Paraguai vai passar o bastão para o Uruguai. O Brasil deve levar temas políticos como o ingresso da Bolívia, mas as divisões políticas não vão permitir grandes avanços. Devem falar sobre a criação de um comitê para tratar de fronteiras dentro do Mercosul. Possivelmente, Lula deve levantar o tema da integração da infraestrutura e da questão climática por conta das enchentes no Rio Grande do Sul e na Argentina", aponta.

A professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart, porém, avalia que o petista segue na tentativa de continuar como um líder da América do Sul. "A participação do Lula no Mercosul reforça essa atuação como agente legítimo e que quer construir essas instâncias multilaterais, mas também reforça a importância do bloco, que reúne o principal parceiro comercial do Brasil e outros países com que nosso país faz fronteira". Segundo ela, a nação compartilha com os vizinhos questões geopolíticas fundamentais para a segurança nacional, como o controle de armas e a Itaipu Binacional.

"São questões relevante em termos geoestratégicos. Cabe ressaltar que o Brasil também exerce uma função de potência regional na estabilização de conflitos. Daí, a importância da visita ao presidente à Bolívia. De pacificar, deixando claro que golpes e atentados ao Estado democrático de direito não vão proliferar", avalia Mayra. Amanhã, Lula segue para Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para visita oficial ao presidente Luis Arce, em meio ao esforço de tentar barrar a ascensão da extrema direita na América do Sul. É a primeira vez que o presidente brasileiro visita o país neste terceiro mandato. O presidente da Bolívia, por sua vez, esteve no Brasil quatro vezes no último ano, o que reforça a proximidade de laços entre os dois países.

Cenário ruim, *ma non troppo*

Ao se recusar a comparecer à reunião do Mercosul, hoje, em Assunção, o presidente da Argentina, Javier Milei, protagoniza o pior momento político do bloco, cuja correlação de forças políticas se alterou profundamente desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com a entrada da Bolívia. Entretanto, por sua ausência e posição ambígua em relação à tentativa de golpe militar para destituir o

presidente boliviano Luis Arce, que acusou de simular a própria destituição, quem está isolado é o presidente argentino.

Apesar das diferenças ideológicas, devido ao peso econômico do Brasil, o maior mercado consumidor, e dos laços econômicos consolidados com os vizinhos, o presidente Lula continua sendo o grande fiador das negociações de acordos comerciais do Mercosul com os Emirados Árabes, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) — bloco formado por Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein —, e, principalmente, União Europeia.

Os dois primeiros acordos estão quase concluídos; o terceiro, depende da atual presidente da Comissão Europeia, a alemã Úrsula von der Leyen, democrata-cristã, permanecer no cargo, o que é muito provável, porque a centro-direita venceu as eleições europeias. Embora a França se oponha ao acordo, devido à resistência de seus agricultores, o novo presidente do Conselho Europeu, o ex-primeiro ministro português Antonio da Costa, socialista, também apoia o acordo, que precisa ser referendado pelo parlamento por maioria. Ou seja, os franceses não têm poder de veto.

A vinda de Milei ao Brasil, para participar de um encontro de organizações de extrema direita, em Santa Catarina, organizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que governador Jorginho Melo (PL) legitimou institucionalmente, criou uma oportunidade para o presidente Lula empunhar a bandeira da democracia como um compromisso vital do Mercosul. Embora políticos conservadores, os presidentes do Paraguai, Santiago Peña, e do Uruguai, Luis Lacalle Pou, que assumirá a presidência rotativa bloco, são democratas. O posicionamento do chefe do Executivo brasileiro será corroborado pelo presidente da Bolívia, que chega à reunião como um exemplo de que a ameaça à democracia no continente é uma realidade. Ontem, na reunião dos chanceleres do bloco, o ministro das Relações Exteriores de Brasil, Mauro Vieira, deu o tom da posição de Lula no encontro de hoje: "No Brasil, também tivemos de enfrentar, ainda nos primeiros dias deste terceiro mandato do presidente Lula, uma tentativa de reverter por meio da violência a vontade soberana do povo expressa nas urnas. No Brasil, assim como na Bolívia, a democracia venceu, e tenho certeza de que sairá mais forte".

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.07.2024 – PÁG. ECONOMIA

30 anos do Plano Real: o alto preço da estabilidade e o desafio do crescimento

A chamada economia real amargou penosas taxas de crescimento por ter sido a parte sacrificada do plano que derrubou a inflação descontrolada

Edla Lula / Raphael Pati

Remédio bom é remédio amargo, diz a sabedoria popular. No caso do Plano Real, foi o setor produtivo que amargou o dissabor da paridade cambial, uma das principais marcas do programa lançado pela equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso, que, de maneira artificial, fez com que cada real valesse um dólar.





CLIPPING

DATA
08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Por causa disso e da combinação com a elevação das taxas de juros, a década de 1990 foi marcada por uma forte crise do setor manufatureiro e queda nas exportações. O crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) — a soma de tudo o que é produzido em bens e serviços — no período 1991-1999 foi de apenas 2,4% ao ano. Ali, segundo especialistas, o Brasil iniciou um processo de desindustrialização que perdura até os dias atuais. No caso das exportações, foram anos de sucessivos deficits na balança comercial, o que levou as transações em conta corrente a um saldo também negativo ao longo da década.

"O binômio formado por juros altos e câmbio valorizado trouxe efeitos muito severos para a indústria, especialmente para manufatura no Brasil. O país já padecia com chamado custo do Brasil, envolvendo uma série de problemas, como infraestrutura e sistema tributário. Acrescer a sobrevalorização cambial e a taxa de juros, prejudicou a competitividade da indústria nacional. A indústria foi para o chão", comenta Armando Monteiro Neto, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

"É claro que não significa dizer que a gente é contra o Plano Real. Não poderíamos ser contra a estabilização e a economia de uma maneira geral. Nenhum país pode conviver com a inflação naqueles níveis anteriores ao real. Mas, o custo desses anos iniciais do processo de estabilização foi muito penoso", ressalva Monteiro.

O economista Gesner Oliveira, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda à época da implantação da nova moeda, acrescenta que a indústria local foi afetada também pelo contexto internacional, de abertura comercial, com a redução tarifária entre os países. "Simultaneamente a essa sobrevalorização cambial, houve a liberalização tarifária, que estava ocorrendo no âmbito do Mercosul. A Tarifa Externa Comum (TAC) da união aduaneira foi criada naquele momento. Então, essa combinação da liberação tarifária, da sobrevalorização cambial e do custo do Brasil, prejudicou a indústria nacional", comenta Gesner.

Ele recorda que havia a avaliação de que o dólar valendo menos favoreceria a política industrial, uma vez que as empresas poderiam renovar suas fábricas com novos equipamentos, já que estava mais barato importar os bens de capital. Monteiro, por sua vez, aponta que, com as indústrias paralisadas, baixa produtividade, não havia como comprar novos equipamentos. "O empresário comprava a máquina para produzir e o produto fabricado não tinha competitividade, isso desestimulava o investimento", observa o industrial, ao destacar que as dificuldades perduram.

Otimista com aquilo que o atual ministro do Mdic Geraldo Alckmin batizou de "neointustrialização", Monteiro aponta a reforma tributária e o investimento em inovação e sustentabilidade como fatores que poderão impulsionar o setor daqui para a frente.

"Não há dúvida de que, nesse processo de relançamento ou de neointustrialização, será necessário fazer um esforço na dupla agenda, que seria reduzir o custo Brasil e, nesse sentido, a indústria aposta muito na reforma tributária e, do outro lado, desenvolver competências e promover inovação para que a indústria possa aproveitar oportunidades que estão aí, como a da digitalização e da descarbonização."



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Balança desfavorável

O período marcado pela enxurrada de produtos estrangeiros no Brasil afetou em cheio a balança comercial brasileira. O maior símbolo da época eram as lojas de R\$ 1,99 que se espalharam pelo país, mas não eram apenas as bugigangas que entravam com facilidade no Brasil. Produtos de alto valor, como automóveis, entravam facilmente.

O presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto Castro, recorda que, antes disso, os produtos industrializados ocupavam quase 60% da pauta de exportações brasileiras, numa época em que o agro não tinha o mesmo peso de hoje. "O Brasil era um grande exportador de manufaturados como automóveis, autopeças e calçados. Naquele momento, o custo de exportar ficou muito mais elevado e as empresas desistiram das vendas. Até hoje não recuperamos o nível de exportações da época", conta Castro, ao citar que, antes do Plano Real, o país estava à frente de países como China, México, Índia e Coreia no comércio exterior. "Todos esses países ultrapassaram o Brasil e, hoje, vendem muito mais", observa.

"Compreende-se que, o grande objetivo na época era combater a hiperinflação. E a escolha foi controlar a inflação pelo câmbio. Com isso, as exportações foram sacrificadas", acrescenta Castro, recordando que houve momento em que o real custou US\$ 0,82. Gesner Oliveira admite que o país tardou em mudar o regime cambial, o que só veio a ocorrer em 1999, com a flutuação do câmbio, ainda hoje vigente no país. "A flutuação deveria ter ocorrido logo na primeira fase do Plano Real", comenta.

Abertura

Criador da lei antitruste brasileira, o economista menciona a angústia do então presidente Itamar Franco por não estar previsto na formatação do programa de estabilização, o controle de preços. "Itamar estava preocupado, principalmente, com o valor dos medicamentos. Mas, tabelar o preço teria sido muito contrário à filosofia do plano", ele lembra. "A solução dada me pareceu engenhosa, que foi criar a lei de defesa da concorrência, muito necessária no momento em que se falava em privatização", completa Gesner, em referência ao projeto de privatizações de setores como telecomunicações, energia e saneamento.

"Nesse sentido, tornou-se importante uma lei de controle do abuso do poder econômico. Então, com essa lei, o presidente Itamar teve o seu desejo de controlar os preços acolhido e, ao mesmo tempo, o país introduziu algo que era necessário naquele momento", reforça o economista que, no governo seguinte, presidido por Fernando Henrique Cardoso, assumiu o posto de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Naquele momento, o mundo vivia a fase da globalização, e o Brasil abria suas portas para empresas estrangeiras, inclusive nas pretensas privatizações.

Agronegócio

No início dos anos 2000, o Brasil foi favorecido pelo chamado "boom das commodities". Antes disso, em 1999, para estancar o crescimento da dívida externa estratosférica, o governo FHC criou o regime de câmbio flutuante, em que o valor da moeda estrangeira no país é definido pelas forças do próprio mercado. "As commodities ganharam peso na pauta de exportações, seja em volume seja em preço, e isso gerou um aumento nas receitas cambiais, que ajudou o Brasil a pagar a dívida externa e compor as reservas cambiais



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

que estão aí até hoje. Tudo isso foi criado por conta do mercado externo, não houve uma decisão política interna do Brasil", observa José Augusto Castro.

Com o boom das commodities e a consecutiva geração de superávits comerciais, o Brasil conseguiu expandir as reservas internacionais — atualmente em mais de US\$ 356 bilhões — e espantou o fantasma do Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem havia contraído altas dívidas, a partir dos anos 1980 e intensificadas nos anos do Plano Real. Em 2023, o superavit comercial do agronegócio totalizou quase US\$ 150 bilhões, enquanto em 1994, esse valor foi de apenas US\$ 10,7 bilhões. O coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon, comenta que, no mercado interno, o Plano Real foi preponderante para o crescimento do agronegócio brasileiro, com reflexos positivos para a garantia da segurança alimentar no país. "Apenas para se ter uma ideia, em 1994, um salário-mínimo comprava o equivalente a uma cesta básica, agora em 2023, o salário-mínimo compra mais de 2 cestas básicas", exemplifica Conchon.

"É claro que ao longo do período houve aumentos reais — acima da inflação — que impulsionaram o poder de compra dos brasileiros, mas a estabilidade da moeda propiciou um barateamento nos custos do setor que, por sua vez, aumentou a produção de alimentos no Brasil", acrescenta o coordenador. Em 1980, a produção total de grãos no país foi de 50 milhões de toneladas, com poucas variações ao longo da década. Em 1994 — ano da implementação da moeda — a produção subiu para 76 milhões de toneladas. Passados 30 anos, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta uma safra em 2023/24, de 294 milhões de toneladas.

A mesma avaliação faz o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, segundo quem, com consumidores podendo planejar suas compras, as idas ao supermercado ficaram mais tranquilas. Considerados os grandes vilões dos tempos de hiperinflação, com suas maquininhas de remarcar preço que mais pareciam armas, os supermercados viviam uma relação tensa com os consumidores e, por vezes, com os próprios governos. "Fomos muito pressionados pelos Governos para segurar preços. O setor era visto como um dos vilões da inflação; o culpado pela recessão econômica porque era no ambiente dos supermercados que o consumidor se deparava com o aumento de preços e com a perda real do poder de compra", explica Milan.

Desde a criação do Plano Real, os supermercados expandiram a atuação no cenário econômico e hoje somam mais de 414 mil lojas em todo o país, com mais de 9 milhões de colaboradores. O setor também representa 9,2% do PIB e faturou 1 trilhão de reais em 2023, com suporte para atender aos 30 milhões de consumidores que entram nas lojas todos os dias. "O real, ao conseguir manter a inflação baixa, promover crescimento econômico e trazer um alívio para os empresários do setor, é, sem dúvida, um dos aspectos importantes desde a entrada da moeda em vigor", conclui Milan.

No aniversário de 30 anos da moeda, o coordenador da CNA acredita que a grande reinvenção do agro, após a estabilidade trazida pelo real, é a sustentabilidade. O especialista explica que, com o cenário mais estável, o papel do setor é priorizar a produção de alimentos, fibras para tecidos e biocombustíveis. "Essa mudança de visão será o impulsionador da economia brasileira, tal como ocorreu em 1994", comenta.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 08.07.2024 – PÁG. OPINIÃO

Os corredores verdes nas cidades

O cenário das mudanças climáticas exige atenção dos centros urbanos, que podem ser mais afetados em virtude de suas características intrínsecas

Cada vez mais, profissionais da área de planejamento urbano têm procurado melhorar a qualidade de vida dos moradores das cidades de médio e grande portes, sem ignorar os fundamentais princípios de sustentabilidade. Nesse esforço, a pouca ocorrência de espaços verdes, que resulta em consequências adversas para a população, é uma questão essencial. Iniciativas na busca de ampliação dessas áreas — na forma de parques, praças, arborização de vias ou mesmo incentivo aos espaços privados — vêm crescendo.



Alternativa estudada e implantada em diversas partes do mundo — como Colômbia, Canadá, Estados Unidos e em países da Europa —, os corredores verdes estão se consolidando como uma solução ambiental possível até mesmo para reduzir as altas temperaturas decorrentes do aquecimento global. O cenário das mudanças climáticas exige atenção dos centros urbanos, que podem ser mais afetados em virtude de suas características intrínsecas.

A pouca cobertura vegetal está transformando as metrópoles em locais considerados "ilhas de calor". Em meio a uma infraestrutura firmada em concreto, a possibilidade da criação de corredores verdes com modificações nas vias já existentes representa um respiro. Um maior número de calçadas arborizadas também traz benefícios a partir da redução dos níveis de ruído dos veículos e do consumo de combustíveis.

Um bom exemplo é o projeto implementado em Medellín, na Colômbia. Desde 2021, árvores e arbustos são plantados ao longo de ruas, avenidas e cursos d'água da cidade, o que levou à redução da temperatura em 2°C em alguns locais, segundo estudos desenvolvidos naquele país. Ainda conforme as análises, a presença da arborização reduziu a poluição sonora, melhorou a qualidade do ar e protegeu os recursos hídricos do município colombiano.

A iniciativa de Medellín confirmou que os corredores verdes contribuem com a proteção da biodiversidade e ajudam no gerenciamento das águas, além de proporcionarem oportunidades de recreação para os cidadãos. Uma constatação que poderia ser inspiração para o Brasil. Mas, esse modelo de adaptação das cidades às mudanças do clima também precisa do apoio da população. O planejamento necessita ser discutido pelos diversos setores da sociedade, assim como os investimentos para colocar em prática a proposta.

Atitudes isoladas têm sido registradas e merecem reconhecimento, inclusive com a dedicação de brasileiros que decidem colocar a mão na terra e espalhar vegetação onde habitam. Porém, o resultado seria maior a

partir de ações articuladas e amplas. Escolhas políticas, que destinem orçamento e energia para os corredores verdes, podem mudar a realidade urbana sufocante encarada nos dias atuais. Fato é que as mudanças climáticas exigem uma reação imediata e as cidades devem estar atentas às possibilidades de alterações estruturais que podem impactar positivamente no cotidiano da população. O entendimento de que não há espaço para retardar a tomada de medidas ambientais nas metrópoles é urgente. Os debates sobre como transformar o cinza em verde precisam ocupar espaço maior no Brasil. Defender essa causa pode fazer a diferença na qualidade de vida hoje e no futuro.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 08.07.2024 – PÁG. A14

Lula reforça aproximação com evangélicos

Presidente renova tentativa após ofensiva da frente parlamentar em torno do PL antiaborto

Andrea Jubé

Os acenos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos evangélicos não mudaram o humor da bancada no Congresso, que mantém a postura de oposição ao governo federal e promete investir na agenda de costumes para eleger prefeitos e vereadores em outubro. Em reação à recente ofensiva da frente parlamentar, com a tentativa de votação do PL antiaborto, o governo renovou gestos para se aproximar do segmento religioso.



Em conversa com o Valor, o novo líder da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), afirmou que a bancada faz oposição ao governo federal, mas observou que é um homem de diálogo. “Vamos dialogar com o governo”, prometeu, como representante de 135 deputados e 12 senadores. Tendo como prioridades a votação do PL antiaborto e da emenda constitucional (PEC) contra as drogas, ele acredita que esses temas, considerados sensíveis ao governo, serão amplamente explorados na campanha municipal.

No dia 3 de julho, Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, reuniram-se no Palácio do Planalto com a vereadora Aava Santiago (PSDB), liderança da igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira em Goiânia (GO). Nas últimas semanas, seu contraponto ao PL antiaborto ganhou repercussão nacional. Ela posicionou-se contra o encarceramento de crianças e adolescentes grávidas, vítimas de estupro - provável consequência da eventual aprovação da proposta.

A agenda com Aava Santiago havia sido programada com antecedência, mas o encontro - com imagens amplamente divulgadas nas redes sociais de Lula e Janja - acabou ajudando a neutralizar notícias falsas que



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

havam circulado na véspera em grupos de WhatsApp e na rede X (ex-Twitter). Segundo a “fake news”, a primeira-dama teria encomendado “ritual de candomblé” para baixar o dólar.

No dia 12 de junho, os deputados aprovaram o regime de urgência do PL antiaborto, que equipara a interrupção da gravidez após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio. A principal crítica ao texto era a pena de reclusão de 6 a 20 anos à vítima, maior até mesmo que a punição ao estupro. O tema encurralou o governo, que argumenta que a matéria não consta de suas prioridades junto ao Legislativo. A alegação blinda o Executivo junto ao eleitor conservador, mas constrange Lula junto à sua base de perfil progressista.

Mas a matéria repercutiu negativamente junto à opinião pública, obrigando o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a discussão para depois das eleições. O vice-líder da frente evangélica e um dos autores do projeto, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), anunciou o recuo em relação à criminalização da vítima do estupro. O mote para impulsionar o projeto foi uma nota técnica do Ministério da Saúde, editada no fim de fevereiro, estabelecendo que não deve haver limite temporal para a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. O documento anulava decisão do governo anterior que impunha o limite de 21 semanas e 6 dias ao procedimento.

Ao Valor, Aava Santiago negou que seja a ponte entre o governo e os evangélicos, acrescentando que nem a bancada evangélica teria legitimidade para essa mediação. “Nós, evangélicos, somos múltiplos, muitas denominações, muitas lideranças, e ter isso em mente é fundamental para não errar”, argumentou. “Isso não permite que alguém sozinho ou um pequeno grupo ou até uma bancada federal possa fazer uma negociação como se falasse por todo mundo”, complementou. Ela deu como exemplo a tentativa frustrada de votar o PL antiaborto.

Nós, evangélicos, somos múltiplos e ter isso em mente é fundamental” — Aava Santiago

Em relato ao Valor, a vereadora disse ter ponderado a Lula que, na sua percepção, esse projeto não pode ser considerado uma “prioridade” para a população evangélica. “Se ele [presidente Lula] chegar em qualquer igreja periférica e perguntar às mulheres o que elas mais desejam, não vai ouvir que é encarcerar uma criança ou uma adolescente vítima de estupro que engravidou”, afirmou. Segundo Aava Santiago, a prioridade para essas mulheres é vaga em creches para seus filhos ou netos, emprego para seus filhos ou filhas, iluminação e asfalto nas ruas onde moram, garantia para que seus filhos ou filhas voltem para casa com segurança da escola ou do trabalho.

Ela reconhece, todavia, que o debate sobre o consumo de drogas deverá ser um dos temas na campanha municipal dentro das pautas sobre a segurança das famílias e o combate à violência. “As cidades estão inseguras”, ressaltou, lembrando que é líder da oposição na Câmara Municipal de Goiânia, cujo prefeito, Rogério Cruz (Solidariedade), foi pastor ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. A nota técnica do Ministério da Saúde não foi a única norma infralegal que indispet a bancada evangélica com a gestão Lula. Um ato da Secretaria da Receita Federal do início do ano que revogou a isenção fiscal sobre salários de pastores, padres e missionários também gerou forte reação. O benefício havia sido concedido pelo governo de Jair Bolsonaro.

Para uma liderança da frente parlamentar, essas normas seriam exemplos de suposta “perseguição” do governo aos evangélicos. Terceira iniciativa do governo que irritou o grupo foi a resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, contrária ao proselitismo religioso nos presídios, no sentido de proibir que um detento seja forçado a se converter a uma fé.

A medida, entretanto, foi interpretada como cerceamento da liberdade religiosa nos presídios. Para baixar a temperatura, o ministro Ricardo Lewandowski reuniu-se com lideranças da bancada evangélica e prometeu melhorar a redação da norma. Diante das críticas da bancada evangélica, um ministro ressaltou que o presidente Lula tem histórico de respeito à liberdade religiosa e a todas as religiões. A autoridade, que falou reservadamente com o Valor, ressaltou que nesses 18 meses do terceiro mandato, o petista já deu demonstrações dessa postura e desmontou mentiras recorrentes, como as de que fecharia igrejas.

O mesmo ministro ponderou que todas as vezes que a frente parlamentar reclamou de alguma norma, o titular do ministério responsável pela decisão reuniu-se com representantes da bancada para revisar o ato, em demonstração de diálogo. Em novo gesto de aproximação, o Valor apurou que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pretende coordenar com o deputado Silas Câmara encontros frequentes dos integrantes da bancada evangélica com todos os ministros de Lula.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 08.07.2024 – PÁG. E1

STJ obriga União a adotar arbitragem para tentar receber indenização milionária

Decisão da 1ª Turma validou cláusula compromissória, assim como sua sucessão para o governo

Marcela Villar

Um pedido de indenização da União pela rescisão do contrato firmado entre a extinta Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) - estatal incorporada ao governo federal - e um consórcio de empresas brasileiras e europeias terá de ser resolvido por arbitragem. Após um trâmite judicial de 25 anos, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou, de forma unânime, a cláusula compromissória do contrato, assim como sua sucessão



para a administração pública - neste caso, a União. O valor pedido era de US\$ 72,5 milhões quando a ação foi proposta, em 1999.

As cláusulas compromissórias são hoje um padrão nos contratos públicos. Por meio dela, as partes acordam que eventuais conflitos serão resolvidos via arbitragem e não pelo Judiciário. Para os ministros, a validade da cláusula independe de ela ter sido firmada antes da nova Lei de Arbitragem, nº 13.129/2015 - como defende a União.

A decisão pode obrigar o governo federal a entrar, pela primeira vez, com o procedimento contra uma empresa, e



CLIPPING

DATA
08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

não o contrário. Em todos os casos em que atuou ou atua, a União é ré, saindo vitoriosa em praticamente todos os processos já julgados. O entendimento da 1ª Turma, segundo especialistas, é um importante precedente por tratar da União como demandante e ratificar que a cláusula compromissória continua valendo em caso de incorporação - mesmo envolvendo a administração pública. O contrato, afirmam, é herdado como um todo, junto com a previsão que permite levar o litígio para um tribunal arbitral.

A União entrou com o pedido de reparação contra as empresas após assumir as dívidas da Fepasa da década de 1990. Ao incorporar a estatal na Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - também extinta -, herdou o contrato firmado entre a empresa paulista e o Consórcio Brasileiro Europeu (CBE), que iria eletrificar as linhas férreas do interior do Estado de São Paulo. A rescisão foi solicitada pela Fepasa porque uma das companhias do consórcio entrou em concordata (o equivalente a recuperação judicial hoje), o que autorizava a rescisão.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) entendeu que o pedido de indenização não poderia ser levado à arbitragem. Para os desembargadores, a cláusula compromissória seria ineficaz, por conta de o contrato ter sido firmado em 1976, antes da edição de lei sobre arbitragem - a primeira foi publicada em 1996 e atualizada em 2015. O outro argumento foi de que a União não poderia assumir os ônus do contrato firmado pela Fepasa, apesar de tê-la incorporado a seu patrimônio, pois tratava-se de direitos indisponíveis (intransferíveis), os quais não podem ser submetidos a esse tipo de demanda.

Até então, as decisões tinham acatado a tese do governo. Em nota ao Valor, a Advocacia-Geral da União (AGU) defende que “somente passou a poder se submeter à arbitragem com o advento da Lei 13.129/2015. Antes disso, a submissão do ente público ao procedimento arbitral somente poderia ocorrer em havendo autorização legal específica”. A AGU ainda diz que o precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Lage seria inaplicável à ação da Fepasa, porque naquele processo havia autorização legal específica. Esse julgamento foi um divisor de águas, pois validou a possibilidade de o poder público se submeter ao juízo arbitral (AI 52181).

Para o relator no STJ, o ministro Paulo Sérgio Domingues, o entendimento da União “contraria a orientação dominante na doutrina especializada”. Domingues justifica o voto com a súmula 485 do STJ: “A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição” (REsp nº 2143882). Na visão dele, a cláusula permanece válida em sucessões, como no caso da incorporação da Fepasa pela União. “Seja pela validade da cláusula compromissória, seja pela imposição ético-jurídica de que sejam preservadas as legítimas expectativas dos contratantes, deve-se aplicar no caso dos autos o entendimento que preconiza a transmissibilidade desse tipo de cláusula em caso de sucessão”, diz o relator, no acórdão, que declarou extinta a ação judicial sem resolução do mérito.

Segundo a advogada e professora Selma Lemes, referência na área pela pesquisa anual “Arbitragem em Números”, o caso é paradigmático. “O Supremo esclareceu que não havia impedimento, que a característica para poder participar era o poder de contratar. Se o Estado tem poder de contratar, tem o poder de optar por arbitragem”, afirma Selma. Antes da lei, acrescenta, havia algumas interpretações restritivas. “Mas nunca houve impedimento. A lei apenas referendou algo que o STF já tinha dito”, reforça. Ela lembra que o STJ já definiu que a arbitragem é matéria de direito processual, ou seja, aos casos novos ou em curso se aplica a lei processual vigente.

Hoje, a administração pública é usuária comum das câmaras arbitrais. Como consta na última pesquisa Arbitragem em Números, era parte em pouco mais de 10% dos casos e sua participação cresceu em 33%. O

advogado Gilberto Giusti, sócio do Pinheiro Neto Advogados, que representou empresas do consórcio na ação, afirma que é o processo mais longo que ele cuida no escritório. O contrato teve mais de 20 aditamentos, sendo o último em 1994. O projeto foi todo modificado, a ponto de o governo de São Paulo não querer mais a eletrificação. “Só que nesses 20 anos as empresas produziram as locomotivas, que ficaram anos paradas no porto de Calais, na França, esperando autorização para vir para o Brasil. Outras ficaram paradas no interior de São Paulo”, diz.

A decisão é importante, na visão dele, pois é a primeira da 1ª Turma que respaldou a arbitragem. “Se [o acórdão] fosse o contrário, seria um abalo muito grande. Todo esse trabalho feito pela própria União ia ser um tiro no pé, porque seria um prato cheio para reverter tudo que a gente vinha conquistando até agora na arbitragem”, diz Giusti, elogiando o trabalho do Núcleo Especializado em Arbitragem (NEA) e da Equipe Nacional de Arbitragens (Enarb), da AGU. Segundo ele, a tese sustentada no caso foi aplicada pelas procuradorias gerais dos Estados, onde havia ainda incertezas sobre o uso da arbitragem. “Se havia alguma dúvida das procuradorias estaduais, essa decisão vai ser o grande pacificador. Não importa se a cláusula foi firmada antes de 2015 ou 1996. Sendo uma cláusula válida, a União tem que respeitar e a sucessão do contrato, que leva consigo a cláusula compromissória”, afirma.

Giusti diz que as empresas também podem entrar com a ação arbitral, mas isso ainda não foi decidido. De acordo com ele, elas cumpriram com o cronograma e merecem indenização pelos custos ao longo do contrato. Mas, pela duração do processo, o ideal seria uma resolução consensual, por mediação. Além disso, haveria uma dificuldade na produção de provas, pois o contrato é de quase 50 anos atrás. “Hoje, se for examinar, é tudo ferro velho.”

A AGU tampouco sabe se levará o caso à arbitragem ou mediação. Como o prazo para recurso é até agosto, só se posicionará depois disso. O órgão diz ainda que a modalidade do contrato era do tipo “turn-key”, em que os pagamentos não tinham relação direta e proporcional com a entrega física do empreendimento. Por isso, “quando foram pagas as primeiras parcelas dos sinais sem nenhuma realização física, ficou caracterizada uma relação físico-financeira em manifesto desequilíbrio, que somente seria estabilizada na conclusão do objeto contratual de cada sistema”.

Carf determina tributação de árbitro na pessoa física

Essa é a primeira decisão da última instância do tribunal administrativo sobre o tema e contraria orientação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Beatriz Olivon

A 2ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu que árbitros judiciais devem ser tributados na pessoa física, com alíquota progressiva de até 27,5%, e não por meio de pessoa jurídica, com alíquota máxima de 15%. Essa é a primeira decisão da última instância do tribunal administrativo sobre o tema e contraria orientação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No caso, um advogado que atuou em arbitragens recebeu uma cobrança de Imposto de Renda relativa ao período de 2010 a 2012, no valor de R\$ 1,35 milhão mais multa





CLIPPING

DATA
08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

proporcional de R\$ 1 milhão e juros de mora.

Durante procedimento fiscal realizado em 2014, ele foi intimado a informar os valores recebidos a título de honorários pela atuação como árbitro em câmaras de mediação e arbitragem. O advogado alegou que os valores relativos às arbitragens em que atuou foram recebidos pela sociedade de advogados em que era um dos sócios. No processo, a Receita Federal alega que as atividades de natureza civil ou comercial praticadas com o fim especulativo de lucro devem ser tributadas por contribuintes pessoas jurídicas, enquanto rendimentos do trabalho pessoal, como salários, devem ser tributados como rendimentos de pessoas físicas.

Indica ainda que o fiscalizado não exerceu a função de árbitro em nome da sociedade, já que a legislação que regulamenta a atividade (Lei nº 9.307/1996) estabelece que ela deve ser prestada por pessoa física em seu próprio nome, impossibilitando que a tributação dos honorários obtidos pelo seu exercício seja feita na pessoa jurídica. O advogado, por sua vez, alegou que a atividade de árbitro é uma das possibilidades de exercício da advocacia e que o árbitro se utiliza de todos os recursos humanos e físicos do escritório em que é parte. Por isso, defendeu que os honorários podem ser recebidos e tributados pela sociedade.

Em julgamento realizado em 2021, a 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção havia decidido que o exercício da arbitragem, embora não seja privativo de bacharel em Direito, está inserido na advocacia, por isso os honorários podem ser recebidos e tributados pela sociedade de advogados. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), então, recorreu e o caso foi julgado pela 2ª Turma da Câmara Superior em junho. De acordo com Joaquim Muniz, presidente da Comissão de Arbitragem da OAB-RJ e do Conselho das Câmaras de Arbitragem do Brasil, a decisão tem repercutido no meio, porque há uma autorização expressa da OAB. “O árbitro projeta que terá um certo rendimento, se o Fisco tributa de forma diferente, o preço [cobrado pelo serviço de arbitragem] muda”, afirma.

Por isso, segundo Muniz, que também é sócio e membro do comitê administrativo do Trench Rossi Watanabe, o entendimento do Carf pode levar a impacto econômico, tornando as arbitragens mais caras. “O pior é a falta de segurança jurídica.” O entendimento é controverso, diz, porque consta na “Lei do Bem” (nº 11.196, de 2005) que serviços pessoais podem ser faturados na pessoa jurídica. A norma estabelece que, para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de obrigações a sócios ou empregados de sociedade prestadora de serviços, quando realizada por ela, se sujeita apenas à legislação aplicável às pessoas jurídicas.

Para o advogado, o pagamento na pessoa jurídica pode ser feito para Simples ou Microempreendedor Individual (MEI) - que têm tributação reduzida. Mas, em geral, aplicam-se as alíquotas de 10% a 15%, enquanto na pessoa física a tributação é de 27,5%. Além disso, acrescenta, há o risco de os árbitros caírem na malha fina. “É muito pior, cobra multa e juros e sobre os últimos cinco anos, além de dobrar a tributação. Pode sair uma conta muito cara”, afirma Muniz.

O Conselho Federal da OAB já se manifestou, em 2023, sobre a atividade de árbitro ser uma das possibilidades do exercício da advocacia e que os honorários do árbitro deveriam ser reconhecidos como receita da sociedade de advogados (Proposição nº 49.0000.2013.011843-1/COP). “É árbitro, mas na função de advogado. O advogado pode fazer muitas coisas, pode representar uma pessoa, dar aconselhamento fiscal, fazer IR. Há milhares de funções na advocacia”, diz Muniz. O Fisco, acrescenta, “não pode ignorar o que

está escrito na lei para arrecadar mais. Ele está ignorando o Estatuto da Advocacia, o que é muito grave, porque pode perseguir diferentes categorias."

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional identificou três manifestações do Carf sobre o tema da tributação dos honorários recebidos como remuneração pela atividade de arbitragem, com divergência. Nas turmas baixas, a primeira instância do Carf, uma das decisões foi pela tributação da pessoa jurídica e outra pela tributação da pessoa física. O segundo caso foi agora à julgamento na Câmara Superior e foi reformado. Com dois casos e três julgamentos, a PGFN considera que ainda não é possível afirmar que existe um entendimento consolidado na jurisprudência do Carf sobre o tema da tributação dos honorários de arbitragem. "É preciso aguardar que mais casos sejam decididos, para avaliar como a questão será tratada no âmbito do contencioso administrativo fiscal", afirma o órgão em nota.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 08.07.2024 – PÁG. E2

Desafios de comunicação em planos de saúde

A inovação tecnológica no setor de saúde não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para garantir a competitividade e a excelência no atendimento

André Alves de Lima Bueno



A partir de 1º de setembro, as operadoras de seguro saúde deverão estar ainda mais atentas aos requisitos de transparência e de segurança em plataformas para ativar a comunicação com seus clientes. Esse rigor no diálogo com os usuários dos planos de saúde será necessário para que as operadoras possam atender à Resolução Normativa (RN) 593/2023. A nova resolução foi criada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) exatamente para garantir mais transparência em comunicados sobre inadimplência e cancelamento de contratos. Publicada em 20 de dezembro passado, a RN 593/2023 deveria entrar em vigor em 1º de abril, mas a ANS resolveu adiar esse

prazo.

Na avaliação da ANS, o adiamento foi necessário porque as operadoras precisariam de mais tempo para se organizarem e poderem estabelecer a comunicação de maneira mais adequada com o consumidor. Para esclarecer dúvidas, a ANS elaborou documentos como a Nota Técnica de Análise de Impacto regulatório. O documento esclarece a forma como essa comunicação deve ocorrer no dia a dia, utilizando meios de comunicação eletrônicos. Segundo a agência, as operadoras devem utilizar meios mais modernos e efetivos para notificarem seus clientes sobre a suspensão de contratos.

A criação da RN 593/2023 traz um caminho para mitigar problemas apontados pelas operadoras de seguro saúde com o modelo vigente, instituído pela Súmula Normativa 28/2015. Até setembro, a notificação sobre



CLIPPING

DATA

08.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

inadimplência e cancelamento de contratos precisa ser feita por notificação extrajudicial. Esse modelo, na visão das operadoras, gera insegurança jurídica e mais custos. Então, a partir da vigência da Resolução Normativa 593/23, as operadoras de planos de saúde poderão notificar o consumidor no formato eletrônico, facilitando a comunicação entre as partes. A nova resolução também estabelece regras específicas para a notificação. A operadora deve notificar o cliente até o 50º dia de inadimplência e conceder 10 dias para quitação do débito.

Outra exigência é que a exclusão do beneficiário só poderá acontecer se o cliente deixar de pagar, pelo menos, duas mensalidades em um período de 12 meses. Também caberá à operadora comprovar que a notificação foi feita para evitar a invalidação do cancelamento ou a suspensão do contrato. De acordo com o artigo 8º da RN 593/23, a notificação por inadimplência pode ser realizada de várias maneiras, desde correio eletrônico até mensagens de texto e ligações telefônicas gravadas, sendo obrigatória a confirmação de dados pelo interlocutor. A resolução busca oferecer possibilidades mais amplas de comunicação entre os planos de saúde e seus clientes, além de conferir mais segurança aos usuários.

Em relação ao rigor na proteção de dados pessoais, embora a mudança trazida pela ANS traga mais opções para reduzir os custos de comunicação, a nova resolução também exigirá que as operadoras mantenham em dia os investimentos em tecnologia e inovação. Outro cuidado inegociável será o aumento do rigor na proteção de dados dos usuários. É importante observar que a proteção dos dados pessoais dos usuários é uma prioridade para a RN 593/23. O alinhamento à LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, garante que todas as informações sejam tratadas com o máximo cuidado e segurança.

No atual cenário de transformação digital, a tecnologia tem se mostrado uma aliada indispensável na gestão eficiente de diversos setores. Para as operadoras de saúde, a integração de soluções tecnológicas pode representar um avanço significativo na comunicação com os consumidores, garantindo mais agilidade, precisão e segurança. Com a alteração do processo de notificação previsto na RN 593/23, as operadoras de saúde deverão gerir os dados com tecnologia de ponta para garantir eficiência na comunicação, centralização da informação, personalização das mensagens e segurança da informação. Nesse contexto, as operadoras que implementarem essas novas práticas estarão na vanguarda do setor, diferenciando-se pela capacidade de responder às demandas do mercado com eficiência e excelência no atendimento. Investir na estruturação de plataformas de gestão para executar as notificações estabelecidas pela nova resolução será, portanto, um diferencial competitivo.

O investimento em tecnologia permitirá, por exemplo, fazer um gerenciamento centralizado das notificações enviadas aos consumidores, aumentando a transparência e aprimorando os requisitos de compliance. Além disso, a centralização e automatização das notificações permitem que as operadoras se concentrem em outras áreas críticas do negócio, como o desenvolvimento de novos serviços e a melhoria contínua do atendimento ao cliente. A nova resolução promete mais segurança jurídica aos consumidores. Sob o ponto de vista das operadoras, haverá mais facilidade na comunicação e transparência nas regras para a rescisão contratual unilateral sobre um tema muito delicado. A inovação tecnológica no setor de saúde não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para garantir a competitividade e a excelência no atendimento. As operadoras de saúde que investem em plataformas de gestão de notificações estão um passo à frente, preparadas para oferecer um serviço de alta qualidade e se destacar em um mercado cada vez mais exigente e dinâmico.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 08 de Julho – Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador

No dia 8 de julho é celebrado no Brasil o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador. Essa área possui suma importância para a sociedade, afinal é ela a responsável pelos avanços no campo da saúde, por exemplo, além de contribuir diretamente com os avanços tecnológicos que afetam diversas áreas da nossa vida.

O objetivo do Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador, que foi estabelecido pelo Congresso nacional para incentivar a atividade científica no Brasil, é colocar em destaque os nossos cientistas e os pesquisadores. O País ainda investe pouco nesse setor, razão pela qual muitas vezes faltam recursos para que algumas pesquisas avancem, mas ainda assim esses profissionais conseguem fazer a diferença.

O que é a ciência?

Ciência é o conhecimento que explica os fenômenos obedecendo a leis que foram verificadas por métodos experimentais. A ciência baseia-se na regularidade, na previsão e no controle de fenômenos que podem ser observados. Em sentido estrito, ciência refere-se ao sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico bem como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tais pesquisas. A ciência é o esforço para descobrir e aumentar o conhecimento humano de como o Universo funciona.

Por que a ciência é importante?

A ciência permite a humanidade compreender um pouco mais sobre a natureza, a ciência é importante na nossa vida pois nos ajuda a ter uma qualidade de vida melhor, pois através da ciência muitas doenças foram eliminadas. A ciência possibilita avanços na saúde, alimentação, energia e outros. Quando uma pandemia como a do novo coronavírus se alastra pelo mundo, uma das grandes necessidades é obviamente o desenvolvimento de uma vacina ou de outro tratamento específico. Mas, para isso, é preciso tempo para se criar algo eficaz e seguro. Como se pode então estar preparado para reagir a uma emergência como a que estamos a viver? Os países devem fazer um investimento regular na produção de conhecimento científico.

Como é o trabalho de cientista e pesquisador?

No dia a dia, cientistas desenvolvem pesquisas diversas, mas para isso precisam, de um método científico, ou seja, uma metodologia que lhes permite pôr em prática testes que comprovam ou não algumas hipóteses. Até chegarem às conclusões finais das suas pesquisas, os cientistas passam por muitas etapas. Tudo no fazer ciência exige cuidado, dedicação, estudos constantes e resiliência, já que tudo pode mudar a qualquer momento. Mas engana-se quem pensa que os cientistas passam o dia todo nos laboratórios. Sim, às vezes isso acontece, mas esses profissionais também têm outros afazeres, como publicar artigos científicos, participar de eventos acadêmicos, realizar treinamentos e ministrar palestras.

